

Denúncias apontam falta de medicação nos centros de saúde

Queixa de usuários do SUS motivou uma denúncia pública do vereador Wagner Romão (PT)

Por Moara Semeghini

A falta de medicamentos em centros de saúde de Campinas voltou a gerar preocupação entre usuários do SUS e motivou uma denúncia pública do vereador Wagner Romão (PT). Em publicação nas redes sociais, o parlamentar afirmou que há medicamentos estocados no novo almoxarifado da Saúde, mas que a distribuição às unidades básicas não estaria ocorrendo de forma adequada.

Segundo Romão, durante visita ao novo centro de distribuição, foi possível constatar demora no recebimento de remédios por parte da empresa responsável pela logística. Ele relatou ainda que fornecedores aguardaram cerca de uma hora para concluir entregas e que uma delas sequer foi finalizada. O vereador também afirmou que não foi autorizado a entrar no local para fiscalização, o que, segundo ele, fere

prerrogativas do Legislativo municipal. “É inadmissível a denúncia que recebemos! A denúncia que recebemos é de que há estoque no local, mas os medicamentos não chegam às farmácias dos centros de saúde. Estão faltando em diversos centros de saúde da cidade medicamentos essenciais para o tratamento da população, como losartana, dipirona e até insulina, o que pode agravar e muito o quadro dos pacientes”, afirmou o parlamentar, que couro explicações da Secretaria de Saúde e questionou a ausência de um plano de contingência diante da transição logística.

Segundo o vereador, a população não pode esperar tanto tempo para ter acesso a remédios básicos. Romão afirma também que a falta de medicamentos não é um caso isolado de apenas uma unidade. “No Centro de Saúde Oziel, a última entrega foi feita no dia 13 de dezembro, ou seja, mais de um mês atrás. Outras



Centro de Saúde do Parque Itajaí: segundo moradora, não há insulina

duas entregas já poderiam ter ocorrido, mas não foram feitas”, afirmou o parlamentar. “Coincidência ou não, o armazenamento dos medicamentos foi terceirizado por três anos, em um contrato de R\$ 19,9 milhões para uma empresa privada, a VTCLog”.

Usuários relataram dificuldades no acesso a medicamentos. A agricultora periurbana Fátima Alzira Lopes dos Santos, que trabalha na horta comunitária do Parque Itajaí, afirmou que enfrentou problemas para conseguir insulina para uma amiga que a auxilia no trabalho e depende do medicamento de forma contínua. “Fomos ao posto do Parque Itajaí e depois ao do Parque Floresta, e informaram que não tinha insulina. Disseram até que não havia insulina em Campinas”, relatou. Indignada, Fátima entrou em contato com o serviço 160 da Prefeitura e recebeu a informação de que o medicamento estava disponível apenas em duas

unidades: nos centros de saúde do Guanabara e de Joaquim Egídio. “Consegui pegar no Guanabara, mas a atendente disse que outros medicamentos também estão acabando. Espero que esse problema seja solucionado imediatamente”, afirmou.

A Secretaria Municipal de Saúde informou, em nota, que o estoque do almoxarifado conta atualmente com mais de 96% dos itens previstos e que as faltas observadas em alguns centros de saúde são pontuais e temporárias, decorrentes da transição do antigo almoxarifado para o novo centro de distribuição, iniciada em dezembro.

De acordo com a pasta, a distribuição de parte dos medicamentos começará nesta sexta-feira (16) para as unidades que informaram falta nas farmácias. No fim de semana, nos dias 17 e 18, será realizada uma força-tarefa para garantir a reposição nos seis distritos de saúde, com abas-

tecimento dos centros de saúde previsto entre segunda-feira (19) e sexta-feira (23).

A secretaria explicou que o novo centro de distribuição tem como objetivo organizar e padronizar os processos de recebimento, armazenamento e dispensação dos medicamentos. Segundo a nota, a transição envolve inventário, reorganização e transferência do estoque dos remédios e insulinas usadas em toda a rede municipal. A secretaria afirma ainda que, devido à complexidade da operação, estavam previstas faltas pontuais e temporárias de alguns itens, conforme divulgado no final do ano passado e nesta quinta-feira, 15/01. A pasta informa também que, no entanto, para reduzir esses impactos, desde o início do processo, a Secretaria de Saúde implementou um plano de contingência, com remanejamento entre unidades, reforço da frota e ampliação das equipes de transporte.

Campinas tem tarifa de ônibus mais cara que São Paulo, Rio e Distrito Federal

Por Moara Semeghini

Campinas passou a figurar entre as cidades com a tarifa de ônibus mais cara do país a partir de 1º de janeiro de 2026. O Bilhete Único Comum foi reajustado para R\$ 6, enquanto o Vale-Transporte passou a custar R\$ 6,50, segundo a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec). O valor da segunda integração permanece em R\$ 0,50, e a primeira segue gratuita, permitindo ao usuário utilizar até dois ônibus no período de duas horas pagando apenas uma tarifa.

Com o novo valor, Campinas supera grandes capitais brasileiras. Na cidade de São Paulo, a tarifa de ônibus foi reajustada de R\$ 5 para R\$ 5,30 desde 6 de janeiro de 2026. No Rio de Janeiro, um

decreto municipal determinou aumento de R\$ 0,30, elevando a passagem de R\$ 4,70 para R\$ 5, desde 4 de janeiro, valor que se aplica a ônibus, BRTs, VLTs, vans e linhas alimentadoras. Já o Distrito Federal decidiu manter as tarifas de transporte público sem reajuste até o final de 2026, mesmo diante de aumentos adotados por outras capitais do País no início de 2025.

O reajuste em Campinas intensificou o debate sobre o custo da mobilidade urbana e motivou protestos. Na terça-feira (14), estudantes realizaram uma manifestação no Terminal Central, no Centro. Com cartazes e palavras de ordem, o ato reuniu principalmente alunos da Unicamp e de outras instituições de ensino, que criticaram o impacto do aumento



Campinas é uma das cidades com a tarifa mais cara do país

no orçamento de quem depende diariamente do transporte coletivo para estudar e trabalhar. Os manifestantes afirmaram que, com a tarifa fixada em R\$ 6 no Bilhete Único Comum e R\$ 6,50

no Vale-Transporte, Campinas passa a ter uma das passagens mais caras do Brasil, em contraste com outras capitais que concentram uma renda maior e uma infraestrutura de transporte mais

ampla. A questão do reajuste das tarifas do transporte coletivo de Campinas chegou ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), que recebeu uma representação pedindo a apuração da legalidade do aumento e do volume de subsídios públicos repassados às empresas concessionárias. O documento foi protocolado pela vereadora Mariana Conti e pela deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL).

As parlamentares afirmam que o percentual de reajuste aplicado aos diferentes tipos de bilhete supera a inflação acumulada nos últimos 12 meses e consideram os valores abusivos para os usuários. A representação também questiona o crescimento significativo de subsídios municipais em 2025.